

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
EDITAL Nº003/PRPGP/UFSM, DE 11 DE JANEIRO DE 2012
ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA
MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE - NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO, PARA INGRESSO NO 1º
SEMESTRE DE 2012

A Coordenadora dos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde do Centro de Ciências da Saúde/UFSM e o Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa/UFSM tornam público que, no período de **23 de janeiro de 2012 a 10 de fevereiro de 2012** estarão abertas as inscrições à seleção de candidatos aos Programas de Residência Multiprofissional, nível de Especialização, nas respectivas áreas de concentração:

Programas	Área de concentração
1 Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Sistema Público de Saúde (Código1041)	1 Atenção Básica/Estratégia de Saúde da Família; 2 Vigilância Em Saúde
2 Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Gestão e Atenção Hospitalar no Sistema Público de Saúde (Código 1044)	1 Saúde Mental 2 Hemato-Oncologia 3 Materno-Infantil 4 Crônico-Degenerativo
3 Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Saúde Mental no Sistema Público de Saúde/UFSM (Código 1082)	1 Saúde Mental

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS PROGRAMAS

1.1 Os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde da UFSM têm respaldo legal nas Normas: Regimento Interno da Pós-Graduação da UFSM em consonância com as Legislações/Resoluções emanadas pelo Ministério da Saúde/Ministério da Educação: *Lei Nº 11.129, de 30 de junho de 2005; Resolução Nº 2, de 4 de maio de 2010; Portaria Interministerial Nº 1.077, de 12 de novembro de 2009; Resolução Nº 1, de 2 de fevereiro de 2010; Portaria Interministerial Nº 1.320, de 11 de novembro de 2010; Portaria Conjunta Nº 11, de 28 de dezembro de 2010; Portaria Conjunta Nº 5 de 28 de outubro de 2011 Resolução Nº 4, de 15 de dezembro de 2011.*

1.2 Os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde são Cursos de Pós-graduação, *Lato Sensu*, com duração de dois anos, 60 horas semanais de atividades (40 horas de atividades práticas e 20 horas de atividades teóricas e teóricas-práticas), perfazendo uma carga horária total de 5760 (cinco mil setecentos e sessenta) horas-aula. As atividades serão desenvolvidas nos turnos manhã, tarde e noite, em regime de dedicação exclusiva, com direito a um dia de folga semanal. O candidato classificado receberá uma bolsa mensal, cujo valor atual é de R\$ 2.338,06 (dois mil trezentos e trinta e oito reais e seis centavos) a qual será viabilizada somente mediante o cumprimento de 100% de frequência da carga horária prática e, no mínimo, 75% da carga horária teórica, sendo que as faltas de qualquer natureza deverão ser justificadas e recuperadas.

1.3 As atividades práticas de formação profissional serão realizadas nos serviços dos diferentes níveis de atenção/gestão do Sistema Público de Saúde no município de Santa Maria e em municípios de abrangência da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul;

1.4 Os Programas de Residência Multiprofissional estão lotados na Direção do Centro de Ciências da Saúde da UFSM, sendo desenvolvido em parceria com o Hospital Universitário de Santa Maria, 4ª Coordenadoria Regional de Saúde/RS e com a Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria/RS.

1.5 Maiores informações sobre a Proposta Político-Metodológica do Programa de Residência Multiprofissional pode ser encontrada no site www.ufsm.br/ccs, menu “cursos de pós-graduação”, submenu “residencia multiprofissional”. Esclarecimentos de dúvidas no e-mail: prmis.ufsm@yahoo.com e/ou no telefone (55) 3220 9678 das 8h30min às 12 horas.

2 INFORMAÇÕES SOBRE DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS OFERTADAS

2.1 A oferta de vagas será por programa, área de concentração e por núcleo profissional, conforme descrição nos quadros abaixo:

2.1.1 Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Sistema Público de Saúde (código 1041)

Profissão/nº vagas	Atenção Básica/Estratégia de Saúde da Família	Vigilância em Saúde
ENFERMAGEM	03	03
PSICOLOGIA	01	----
NUTRIÇÃO	01	01
SERVIÇO SOCIAL	01	---
FISIOTERAPIA	01	---
FONOAUDIOLOGIA	01	01
FARMÁCIA	---	02
TERAPIA OCUPACIONAL	01	---
ODONTOLOGIA	01	---
EDUCAÇÃO FÍSICA	01	---
Subtotal Vagas	11	07
Total vagas	18	

2.1.2 Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Gestão e Atenção Hospitalar no Sistema Público de Saúde (Código 1044)

Profissão/nº vagas	Saúde Mental	Hemato oncologia	Materno-infantil	Crônico Degenerativo
ENFERMAGEM	02	02	02	02
PSICOLOGIA	01	01	01	01
NUTRIÇÃO	---	01	01	02
SERVIÇO SOCIAL	01	01	01	01
FISIOTERAPIA	---	---	02	02
FONOAUDIOLOGIA	---	01	01	02
FARMÁCIA	---	01	--	01
TERAPIA OCUPACIONAL	01	01	01	01
ODONTOLOGIA	----	01	--	01
EDUCAÇÃO FÍSICA	----	---	--	---
Subtotal vagas	05	09	09	13
TOTAL	36			

2.1.3 Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Saúde Mental no Sistema Publico de Saúde (Código 1082)

Profissão/nº vagas	Saúde Mental
ENFERMAGEM	05
PSICOLOGIA	07
SERVIÇO SOCIAL	04
TERAPIA OCUPACIONAL	04
Total vagas	20

2.3 A seleção será de encargo da Coordenação dos Programas de Residência Multiprofissional

3 ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1 PRIMEIRA ETAPA: INSCRIÇÃO DO CANDIDATO

3.1.1 A inscrição será feita via Internet, no endereço eletrônico www.ufsm.br/prpgp, menu “EDITAIS”, submenu “Editais de Seleção”, sendo esta a única modalidade de inscrição aceita;

3.1.2 Selecione o edital no qual deseja se inscrever e clique em “Para acessar o sistema de inscrições clique aqui”, abrirá – Inscrições de Eventos e informações. A seguir clique na opção desejada;

3.1.3 Leia as instruções com atenção antes de preencher a Identificação do Usuário, informando o e-mail e senha;

3.1.4 Após preencher os dados pessoais, clicar em avançar, abrirá uma tela confirmar a inscrição, clique em efetuar a inscrição, que aparecerá na tela pré-inscrição realizada com sucesso. Nesta mesma tela, aparecerá o link “gerar GRU”, preencha todos os campos solicitados e imprima. O pagamento da taxa de inscrição (GRU) deverá ser no Banco do Brasil até o dia 10 de fevereiro de 2012, conforme expediente bancário, no valor de R\$ 56,00;

3.1.4.1 Não será aceito agendamento de pagamento como comprovante de pagamento da taxa de inscrição;

3.1.4.2 Caberá ao candidato realizar a consulta no sistema de inscrição através do número gerado na pré-inscrição, para verificar a sua situação em relação ao comprovante de inscrição. Caso sua situação continuar como pré-inscrição a partir desta data entrar em contato com a PRPGP, pelo telefone (55) 3220 9656, no horário das 8h às 13 horas;

3.1.5 A inscrição somente será efetivada após a confirmação do pagamento da taxa de inscrição, a qual não será restituída;

3.1.6 Isenção da taxa de Inscrição:

3.1.6.1 O candidato brasileiro que desejar solicitar isenção da taxa de inscrição deve estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) de acordo com o Decreto N. 6.593, de 02 de outubro de 2008 e ser membro de família de baixa renda, conforme Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007. A isenção da taxa de inscrição será concedida pelo Departamento do Cadastro Único, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mediante as informações prestadas pelo candidato, no ato da pré-inscrição, no período de 23 a 31 de janeiro de 2012.

3.1.6.2 A relação dos candidatos contemplados com a isenção da taxa de inscrição será divulgada no endereço eletrônico www.ufsm.br/prpgp, a partir do dia 7 de fevereiro de 2012. É de responsabilidade dos candidatos realizar consulta no endereço eletrônico www.ufsm.br/prpgp para verificar a sua situação com relação a isenção da taxa de inscrição. O candidato que não for contemplado com a isenção da taxa, deverá entrar no sistema de inscrição, gerar o boleto bancário e efetuar o pagamento até o dia 10 de fevereiro de 2012.

3.1.6.3 A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PRPGP não se responsabilizará se o candidato não conseguir completar o preenchimento da ficha de inscrição por motivo de falhas no sistema e/ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como de outros fatores técnicos que impossibilitem o processamento das informações. A PRPGP sugere que os candidatos não deixem para fazer sua inscrição nos últimos dias;

3.1.6.4 As Comissões de Seleção poderão indeferir as inscrições que não atenderem a todos os requisitos e exigências descritas nesse edital ou estejam em desacordo com a legislação pertinente.

3.2 SEGUNDA ETAPA: REALIZAÇÃO DA SELEÇÃO

3.2.1 A seleção de que trata este edital compreenderá somente uma fase: prova de conhecimentos mediante aplicação de **prova escrita objetiva**, de caráter classificatório, a ser realizada no **dia 22 de fevereiro** de 2012, das **13h30min às 17h30min**. Os locais (endereços) de realização da prova serão divulgados no sites: www.ufsm.br/prpgp, www.ufsm.br c, menu “cursos de pós-graduação”, submenu “residencia multiprofissional”;

3.2.2 A prova é escrita, composta por questões objetivas, com peso dez, de caráter classificatório, não podendo, o candidato zerar nenhum dos três blocos constitutivos, descritos na seqüência deste edital;

3.2.3 Sobre o conteúdo da prova escrita: constará de 40 questões distribuídas em blocos temáticos, com pesos diferenciados, conforme distribuição do quadro abaixo:

BLOCO DE QUESTÕES	SUB-PESO	Blocos temáticos
Bloco A: da 1ª à 20ª questão	5	Temas comum a todos candidatos de todos os programas e áreas de concentração (Eixo transversal)
Bloco B: da 21ª à 30ª questão	3	Temas referentes à Área de Concentração de cada programa em que o candidato está inscrito
Bloco C: da 31ª à 40ª questão	2	Temas relativos ao Núcleo profissional do candidato na respectiva área de concentração.

3.2.4 A bibliografia de referencia para cada um dos blocos está descrita no anexo 01, sendo que alguns dos textos (livros e capítulos de livros) poderão ser localizados na sala do Xerox do CCS/UFSM (8h às 13 horas);

3.2.5 Em caso de empate entre candidatos serão utilizados os seguintes critérios:

1º critério: maior nota no bloco A
2º critério: maior nota no bloco B
3º critério: maior nota no bloco C
4º critério: maior idade

3.2.6 Os candidatos deverão se apresentar no local da prova com antecedência de 30 minutos, munidos de documento oficial de identificação com foto;

3.2.6.1 O candidato que não apresentar o documento de identidade original, no dia de realização da prova escrita, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido no máximo, há noventa dias. Neste caso o candidato será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio;

3.2.7 Durante a realização da prova não será permitida: a comunicação entre os candidatos; a utilização de aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular e máquina fotográfica; a utilização de livros, anotações impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive; o afastamento da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal; o afastamento da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas; a não entrega do material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

3.2.8 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização da prova escrita deverá enviar pelo correio (sedex), com data e carimbo de postagem até o dia 10 de fevereiro de 2012, para o endereço: Secretaria do Programa de Residência Multiprofissional, Avenida Roraima nº 1000, Prédio

Anexo ao Prédio 26, Campus da Cidade Universitária, CEP 97.105-900, Santa Maria, RS, o laudo médico original ou cópia autenticada em cartório que justifique o atendimento especial solicitado. A solicitação de recursos especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.2.9 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova escrita, deverá solicitar atendimento especial e anexar junto aos demais documentos necessários para a inscrição, cópia da Certidão de Nascimento da criança. A candidata deverá levar um acompanhante, que será responsável pela guarda da criança, a qual ficará em local definido pela Comissão de Seleção. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova;

3.2.10 A relação dos candidatos com atendimento especial deferido será divulgada nos sites eletrônicos www.ufsm.br e www.ufsm.br/ccs, quando da divulgação das inscrições homologadas;

3.2.11 O candidato com questionamento sobre alguma questão da prova poderá registrar em formulário específico, disponibilizado pelo fiscal e entregá-lo na saída da prova, por ocasião da entrega do cartão resposta e caderno prova.

3.2.12 Publicação do gabarito: no dia 22 de fevereiro de 2011, após 20 horas, no site www.ufsm.br/ccs.

3.2.13 Se houver questão da prova escrita anulada, pela Comissão de elaboração da prova escrita, os pontos correspondentes às mesmas não serão computados a nenhum dos candidatos.

3.2.14 A classificação final dos candidatos será por ordem de nota e servirá de base para o encaminhamento de bolsas.

3.3 DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS CLASSIFICADOS: será realizado até o dia **24 de fevereiro de 2012**, na página da PRPGP www.ufsm.br/prpgp. O candidato poderá interpor recurso administrativo até dez dias corridos, contados a partir da divulgação do resultado na página da PRPGP. Nesse caso, o candidato deve abrir processo administrativo no Protocolo da UFSM e endereçado a Secretaria da Coordenação do Programa de Residência Multiprofissional, Centro de Ciências da Saúde, Avenida Roraima nº1000, Prédio Anexo ao Prédio 26, Campus da Cidade Universitária, CEP 97.105-900, Santa Maria, RS.

3.4 TERCEIRA ETAPA: SOLICITAÇÃO DE **CONFIRMAÇÃO DA VAGA** E DA **ENTREGA DOS DOCUMENTOS** DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS:

3.4.1 O candidato deverá realizar a solicitação de confirmação da vaga através do endereço eletrônico www.ufsm.br/derca, utilizando o número de inscrição gerado no comprovante de inscrição como login e a data de nascimento (formato DDMMAAAA) como senha, conferindo, completando e, se necessário, corrigindo os dados apresentados.

3.4.2 A documentação à confirmação da vaga deverá ser entregue nos dias **06 e 07 de março** de 2012, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, no Departamento de Registro e Controle Acadêmico – DERCA, Av. Roraima, n. 1000, Prédio da Administração Central, 3º andar, sala 336, Campus da UFSM, Bairro Camobi. A documentação deverá ser acondicionada em envelope e obrigatoriamente constar as seguintes informações:

NOME completo:.....
PROFISSÃO INSCRITA NA SELEÇÃO:.....
NOME DO PROGRAMA DE RESIDENCIA PRETENDIDO:
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:.....
ENDEREÇO COMPLETO: rua ou avenida, número, complemento, bairro, cidade, estado e CEP.....

3.4.3 Documentos necessários para todos os candidatos classificados a ser entregue no DERCA:

3.4.3.1 Candidato brasileiro:

- (a) uma fotografia recente 3x4 ou 5x7 (escanear e inserir no sistema de solicitação de confirmação da vaga, via internet no site: www.ufsm.br/derca);
- (b) cópia da Cédula de Identidade Civil ou Militar (com validade indeterminada);
- (c) cópia do CPF;
- (d) cópia do Título Eleitoral (bem legível);
- (e) cópia da comprovação da situação militar (para os homens);
- (f) cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento (bem legível);
- (g) comprovante de pagamento original da taxa de inscrição;
- (h) cópia do Diploma de Graduação ou Curso Superior ou, na ausência destes, Atestado de Provável Formando ou Certificado de Conclusão do Curso para o 2º semestre de 2011;
- (i) Comprovante de solicitação de confirmação da vaga, impresso e assinado.

3.4.3.2 Candidato estrangeiro:

- (a) uma fotografia recente 3x4 ou 5x7 (escanear e inserir no sistema de solicitação de confirmação da vaga, via internet no site: www.ufsm.br/derca);
- (b) cópia do Passaporte;
- (c) Visto temporário e registro junto à Polícia Federal;
- (d) comprovante de inscrição impresso e assinado;
- (e) comprovante original de pagamento da taxa de inscrição;
- (f) cópia do Diploma de Graduação ou Curso Superior.

3.5 QUARTA ETAPA: **MATRÍCULA**, será realizada nos dias **06 e 07 de março de 2012**, na Coordenação do Curso, no horário das 8h às 12 horas e das 14h às 17 horas. O candidato deverá entregar no ato da matrícula, cópia dos seguintes documentos:

3.5.1 Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional;

3.5.2 Termo de Compromisso, conforme modelo a ser disponibilizado no site www.ufsm.br/ccs, menu “cursos de pós-graduação”, submenu “residencia multiprofissional”;

3.5.3 Apresentação de Apólice de Seguro contra acidentes pessoais, contratado pelo residente. (podendo ser entregue até 07 dias após matrícula)

3.5.4 Até 60 dias após a matrícula, o residente deverá entregar, na Secretaria da Coordenação do Programa de Residência Multiprofissional, o comprovante de residência no município de Santa Maria;

3.5.5 Em caso de desistência do residente matriculado até 60 dias após início do Programa de Residência Multiprofissional, a vaga será preenchida por candidato aprovado na mesma profissão, área de concentração e Programa. Caso não haja suplente a vaga não será preenchida.

3.5.6 O Diploma de Graduação ou Curso Superior deverá ser entregue ao DERCA até o término das aulas do primeiro semestre letivo de 2012, conforme o Calendário Acadêmico da UFSM.

4 ALTERAÇÃO DO EDITAL: adendos, correções ou novos Editais, sempre que necessários, serão publicados em jornal de circulação local e nos sites www.ufsm.br/prpgp, www.ufsm.br e www.ufsm.br/ccs.

5 As informações contidas neste Edital são de inteira responsabilidade da Coordenação dos Programas de Residência Multiprofissional. Os processos seletivos serão realizados sob a responsabilidade das Comissões de Seleção, indicadas pelo Colegiado dos Programas de Residência Multiprofissional (COREMU-CCS/UFSM) e oficializadas pelo Centro de Ciências da Saúde/UFSM.

6 As Comissões de seleção poderão indeferir inscrições, que não atendam a todos os requisitos e exigências deste edital.

7 INÍCIO DAS AULAS: dia 07 de março de 2012

Vânia Maria Figuera Olivo
Coordenadora dos Programas de Residência
Multiprofissional em Saúde-CCS/UFSM

Hélio Leães Hey
Pró-Reitor

BLOCO A - Bibliografia referente aos TEMAS COMUM (Eixo Transversal) a todos candidatos:

<ul style="list-style-type: none">• SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE• CLÍNICA AMPLIADA E REDES DE ATENÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE• GESTÃO, PLANEJAMENTO E REDES DE PRODUÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA• FORMAÇÃO PROFISSIONAL, EDUCAÇÃO EM SAÚDE E EM SERVIÇO NUM CONTEXTO DO HUMANIZA SUS
<p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 27 ed.- São Paulo: Saraiva, 2001. Título VIII, da ordem social, art. 194 a 200. Disponível em: www.planalto.gov.br/.../Constituicao/constituicao_compilado.htm</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde DECRETO Nº 7508, de 28/06/2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010 Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/decretos.html</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).</p> <p>CARVALHO, S.R.; CUNHA, G.T. A Gestão da Atenção na Saúde: Elementos para Pensar a Mudança da Organização na Saúde In: Campos, G. W. de S. et al (Orgs). Tratado de Saúde Coletiva. 2ed São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008 PEDUZZI, Marina.</p> <p>Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia Revista de Saúde Pública, 2001;35(1):103-9 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v35n1/4144.pdf</p> <p>CAMPOS, G.W. de S.; AMARAL, M. A. do. Clínica Ampliada e Compartilhada, a gestão democrática e redes de atenção como referenciais teórico-operacionais para a reforma do hospital. Ciênc. saúde coletiva vol.12 nº.4. Rio de Janeiro July/Aug. 2007.</p> <p>OLIVEIRA, G.N. Apoio matricial como tecnologia de gestão e articulação em rede. In: G,W,C: G, A,V, P (orgs) Manual de Práticas de Atenção Básica: saúde ampliada e Compartilhada. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.</p> <p>CARVALHO, A,I; BUSS, P. M. Determinantes Sociais na Saúde, na Doença e na Intervenção - In: Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Organiz. Lígia Giovanella, Sarah Escorel, Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato et. al. Rio de Janeiro- Ed. FIOCRUZ, 2008.</p> <p>NORONHA, J.C; LIMA, L. D. MACHADO, C. V. O Sistema Único de Saúde- SUS. In: Políticas e sistema de Saúde no Brasil. Organ.Lígia Giovanella, Sarah Escorel, Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato et. al. Rio de Janeiro- Ed. FIOCRUZ, 2008.</p> <p>BARATA, R. Condições de Saúde da População Brasileira. In: Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Organizado por Lígia Giovanella, Sarah Escorel, Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato et. al. Rio de Janeiro- Ed. FIOCRUZ, 2008.</p> <p>SILVA, Fernandes da Silva (org.). Redes de atenção à saúde no SUS: o pacto pela saúde e redes regionalizadas de ações e serviços de saúde. Campinas, S.P.: IDISA: CONASEMS, 2008.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria_1996-de_20_de_agosto-de-2007.pdf</p> <p>CARVALHO, Y.; CECCIN, R.B. Formação e Educação em Saúde: Aprendizados com Saúde Coletiva. In: Campos, G. W. de S. et al (Orgs). Tratado de Saúde Coletiva. 2ed São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.</p>

BLOCO B - Bibliografia referente ao temas específicos para cada ÁREA DE CONCENTRAÇÃO em que o candidato está inscrito

A.C.: HEMATO-ONCOLOGIA: Política de saúde, Legislação e Intervenções em Hemato-Oncologia
<p>Resolução RDC nº 220, de 21 de setembro de 2004. Aprova o Regulamento Técnico de funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica. D.O.U. - Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 23 de setembro de 2004. ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: http://pnass.datasus.gov.br/documentos/normas/121.pdf</p> <p>Portaria nº 2.439/GM, de 08 de dezembro de 2005, Institui a Política Nacional de Atenção Oncológica: promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília DF, n. 76, 09 dez. 2005. Seção 1, páginas 80-81.</p> <p>Ações de enfermagem para o controle do câncer: uma proposta de integração ensino-serviço. / Instituto Nacional de Câncer. – 3. ed.</p>

rev. atual. ampl. – Rio de Janeiro: INCA, 2008. 628 p. Páginas 23 à 45; 141 à 154. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/enfermagem/index.asp>

CAPÍTULO 8: O INCA, o SUS e os desafios da saúde pública brasileira, página 141 em: Teixeira, Luiz Antonio (Coord.). De Doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do Câncer no Brasil / Luiz Antonio Teixeira; Cristina M. O. Fonseca.- Rio de Janeiro : Ministério da Saúde, 2007. 172 p.. Páginas 141 à 168. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/doenca_desconhecida_sau_publica.pdf

Aderência do paciente: guia para profissionais de saúde. As cinco dimensões da aderência. Instituto Estadual de Hematologia. Rio de Janeiro. Edição revisada 02/2010. HEMORIO. 26 p. Disponível em: http://www.hemorio.rj.gov.br/html/pdf/manuais_2011/Manual_Aderencia.pdf

A.C.: MATERNO-INFANTIL: Política de Saúde Materno-Infantil

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: plano de ação 2004-2007 – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher2.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada. Brasília, DF, 2006. Disponível em http://dtr2001.sau.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05_0151_m.pdf

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Brasília, 2008. Disponível em <http://generoracaetnia.org.br/publicacoes/IIPNPM.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Parto, Aborto e Puerpério. Assistência Humanizada à Mulher. Ministério da Saúde/FEBRASGO/ABENFO. Brasília, DF, 2001. Disponível em http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_13.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em http://www.telessaudebrasil.org.br/lidbi/doconline/8/1/118_CAB_23_Saude_da_Crianca_em_01_06_09.pdf.

Fundo das Nações Unidas para a Infância. Iniciativa Hospital Amigo da Criança: revista, atualizada e ampliada para o cuidado integrado: módulo 1: histórico e implementação– Brasília : Ministério da Saúde, 2008. Disponível em http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/iniciativa_hospital_amigo_crianca_modulo4.pdf

A.C.: CRÔNICO-DEGENERATIVO: Política de Saúde ao Adulto com ênfase na Atenção ao Crônico-Degenerativo não transmissível

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/humanizausus> Acesso em 28/12/2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes e recomendações para o cuidado integral de doenças crônicas não-transmissíveis: promoção da saúde, vigilância, prevenção e assistência / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 72 p. – (Série B. Textos Básicos de Atenção à Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 8) <http://portal.sau.gov.br/portal/arquivos/pdf/volume8livro.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 192 p. il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19) http://portal.sau.gov.br/portal/arquivos/pdf/caderno_atencao_basica_idoso.pdf

CAMPOS, G.W.S.; DOMITTI, A. C. Apoio matricial e equipo de referência: uma metodologia para a gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cad. Saúde Pública, v. 23, n.2, Rio de Janeiro, fev.2007. www.scielo.br/pdf/csp/v23n2/16.pdf.

CECÍLIO, L. C. O; MERHY, E.E. Integralidade do cuidado como eixo da gestão hospitalar. Campinas, 2003. <http://www.hc.ufmg.br/gids/anexos/Integralidade.pdf>

GASTÃO, W. S. C. AMARAL, M. A. A clínica ampliada e compartilhada, a gestão democrática e redes de atenção como referenciais teórico-operacionais para a reforma do hospital. Ciênc. saúde coletiva vol.12 no. 4 Rio de Janeiro July/Aug. 2007. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n4/04.pdf> Acesso em 28/12/2011.

Organização Pan-Americana de Saúde. Doenças crônico-degenerativas e obesidade: Estratégia mundial sobre alimentação saudável, atividade física e saúde. Brasília, 2003. http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/d_cronic.pdf Acesso em 02/01/2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. A vigilância, o controle e a prevenção das doenças crônicas não transmissíveis: DCNT no contexto do Sistema Único de Saúde brasileiro / Brasil. Ministério da Saúde – Brasília : Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/DCNT.pdf> acesso em 04/01/2010

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. –

Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 58 p. –(Cadernos de Atenção Básica; 16) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)http://dtr2004.saude.gov.br/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd15.pdf -acesso em 04/01/10

LESSA, Inês. Doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil: um desafio para a complexa tarefa da vigilância. Ciência e saúde Coletiva, v.9,n.4, out./dez. 2004, Rio de Janeiro.

A.C.: ATENÇÃO BÁSICA/ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

BRASIL, Ministério da Saúde PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011 Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

BRASIL, Ministério da Saúde PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010 Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/decretos.html>

ANDRADE, L.O.M et al. Atenção Primária à Saúde e Estratégia de Saúde da Família. In: Campos, G. W. de S. et al (Orgs). Tratado de Saúde Coletiva. 2ed São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008 PEDUZZI, Marina.

CAMPOS, G.W. et al. Reflexões sobre Atenção Básica e a Estratégia de Saúde da Família. In: G,W,C: G, A,V, P (orgs) Manual de Práticas de Atenção Básica: saúde ampliada e Compartilhada. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

MASSUDA, Adriano. Práticas de Saúde Coletiva na Atenção Primária de Saúde. In: G,W,C: G, A,V, P (orgs) Manual de Práticas de Atenção Básica: saúde ampliada e Compartilhada. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

PINTO, C.A.G.; COELHO, I.B. Co-gestão do processo de trabalho e composição da agenda em uma equipe de atenção básica. In: G,W,C: G, A,V, P (orgs) Manual de Práticas de Atenção Básica: saúde ampliada e Compartilhada. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

PINHEIRO, ROSENI; MATTOS, RUBENS ARAUJO DE (ORGS). Construção da Integralidade. Cotidiano, saberes e práticas em saúde. 2003. 2 ed. IMS – UERJ . ABRASCO. Rio de Janeiro, 1ª reimpressão, 2004.

PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia Revista de Saúde Pública, 2001;35(1):103-9

PINHEIRO, R. MATTOS, R. (Orgs) Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. 6. ed. Rio de Janeiro: IMS/UERJ - CEPESC - ABRASCO, 2001.

A.C.: VIGILANCIA EM SAUDE

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Histórico e conceito. In: Vigilância em Saúde-parte I. Brasília:CONASS,2011 (p10 a 17).

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Nacional de vigilância em Saúde. In: Vigilância em Saúde-parte I. Brasília:CONASS,2011 (p. 50 a 77).

NETO, G.V. et al. Vigilância Sanitária no Brasil. In: Campos, G. W. de S. et al (Orgs). Tratado de Saúde Coletiva. 2ed São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008 PEDUZZI, Marina.

WALDMAN, Eliseu Alves. Vigilância como prática de saúde pública. In: Campos, G. W. de S. et al (Orgs). Tratado de Saúde Coletiva. 2ed São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008 PEDUZZI, Marina. Disponível no Xerox do CCS/UFMS

BRASIL. Ministério da Saúde. A vigilância, o controle e a prevenção das doenças crônicas não-transmissíveis: DCNT no contexto do Sistema Único de Saúde brasileiro / Brasil. Ministério da Saúde – Brasília : Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. http://www.saude.es.gov.br/download/GERA_DCNT_NO_SUS.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Saúde Brasil 2010: uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Capítulos 2, 5 e 11. http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=38462

BRASIL. Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011. Diário oficial da União. Seção 1. Nº 18, quarta-feira, 26 de janeiro de 2011. Páginas 37 e 38. http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria_104_26_2011_dnc.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Vigitel Brasil 2010: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Páginas 31 a 129. http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/vigitel_2010_preliminar_web.pdf

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde / Vigilância em saúde: informações para os secretários municipais, 2005. Porto Alegre: CEVS, 2005. Série Cadernos do Cevs, nº1. <http://www.saude.rs.gov.br/dados/1158934242816CARTILHA%20SAUDE-nova.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. págs. 18 à 78 http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/guia_vigilancia_epidemiologia_2010_web.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Portaria Nº 2.529, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2004. http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria2529_2004.pdf

A.C. SAÚDE MENTAL

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Série F. Comunicação e Educação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. (disponível em WWW.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/SM.pdf)

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Mental. Disponível em portal.saude.gov.br/saude/area.cfm?id_area=925
_____.Lei nº 10216 de 06.04.2001. DOU.DE 09 DE ABRIL DE 2001.

MIELKE, F.B.; KANTORSKI, L.P.; JARDIM, V.M.R.; OLSCHOWSKY, A.; MACHADO, M.S. O cuidado em saúde mental no CAPS no atendimento dos profissionais. Ciência & Saúde Coletiva, 14(1):159-164,2009 (disponível em HTTP://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid+s1413-81232009000100021&lng=pt)

TALBOBOT, J.; HALES, R.; YODOFSKY, S. Tratado de psiquiatria. Trad. Batista, M. e Goulart, M.C.M. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

OLIVEIRA, Bottaro. Saúde mental na saúde da família: Subsídios para o trabalho assistencial. São Paulo: Olho diáqua.2006

PINHEIRO, Roseni; GULJOR, Ana Paula; GOMES, Aluisio; MATTOS, Ruben Araújo de (organizadores). Desinstitucionalização na saúde mental: contribuições para estudos avaliativos Rio de Janeiro : CEPESC: IMS/LAPPIS: ABRASCO, 2007. 284 p. (Série Saúde participativa).

MERHY, E.E.; AMARAL, H. (Org.). A reforma psiquiátrica no cotidiano II. São Paulo/Campinas: Aderaldo & Rothschild/Serviço de Saúde Doutor Cândido Ferreira, 2007.

BLOCO C - Bibliografia referente ao temas específicos para cada NÚCLEO PROFISSIONAL na respectiva área de concentração em que o candidato está inscrito

NUCLEO DA ENFERMAGEM

ENFERMAGEM em Estratégia de Saúde da Família
<p>BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Estratégia de Saúde da Família. In Atenção primária e promoção da Saúde, vol 3. Brasília:CONASS,2011 (p. 54 a 73)..</p> <p>JONAS, L.T.; RODRIGUES, H.C.; RESCK, Z.M.R. A função gerencial do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família:limites e possibilidades. Rev. APS; 2011; jan/mar; 14(1); 28-38</p> <p>BARATIERI, Tatiane; MARCON, Sonia Silva. Identificando facilidades no trabalho do enfermeiro para o desenvolvimento da longitudinalidade do cuidado. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2011 abr/jun; 19(2):212-7.</p> <p>SCHIMITH, Maria Denise; LIMA, Maria Alice Dias da Silva. O enfermeiro na equipe de saúde da família: estudo de caso Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2009 abr/jun; 17(2):252-6.</p> <p>MATUMOTO, S.; MISHIMA, S.M.; PINTO,I.C. Saúde Coletiva: um desafio para a enfermagem. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 17(1):233-241, jan-fev, 2001</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011.disponível em: http://www.brailsus.com.br/legislacoes/gm/110154-2488.html.</p>
ENFERMAGEM em Vigilância em Saúde
<p>BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. As responsabilidades das esferas de governo e o papel da SES na Atenção básica. In Atenção primária e promoção da Saúde, vol 3. Brasília:CONASS,2011.</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Gestão da vigilância sanitária. In Vigilancia em Saúde, vol 2 Brasília:CONASS,2011.</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Perfil demográfico e epidemiológico do Brasil. In Vigilancia em Saúde, vol 1. Brasília:CONASS,2011.</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Conceitos gerais sobre assistência de média e alta complexidade no sistema único de Saúde.In Assistência de média e de alta complexidade no SUS vol.4.Brasília:CONASS,2011.</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde PORTARIA MS.2.616/98 regulamenta as ações de controle de infecção hospitalar no país, em substituição a Portaria MS 930 / 92 . Disponível em: http://www.ccih.med.br/portaria2616.html</p> <p>AYRES, J. R. C. et.al. Risco, vulnerabilidade e praticas de prevenção e promoção de saúde. G. W. de S. et al (Orgs). Tratado de Saúde Coletiva. 2ed São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008PEDUZZI, Marina.</p>
ENFERMAGEM em Saúde Mental
<p>BECK, C.L.C. <i>et al</i>. Fatores que favorecem e dificultam o trabalho dos enfermeiros nos serviços de atenção à saúde. Revista da Escola de Enfermagem Anna Nery. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 490-495, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v14n3/v14n3a09.pdf</p> <p>DIAS,C.B.; SILVA, A.L.A e. O perfil e a ação profissional da(o) enfermeira(o) no Centro de Atenção Psicossocial. Revista da Escola de Enfermagem da USP. São Paulo, v. 44, n. 2, p. 469-75, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/freeusp/v44n2/32.pdf</p> <p>HUMEREZ, D.C. de; SANTOS, F.Q. Saúde Mental: bases para o cuidado na atenção primária. In: BRETAS, A.C.P; GAMBA, M.A. Enfermagem e Saúde do Adulto. Barueri: Manole, 2006.</p> <p>MORENO, V. Enfermeiros e a família do portador de transtorno mental. Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília, v. 63, n.4, p. 603-07, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n4/16.pdf</p> <p>STEFANELLI, M.C.; FUKUDA, I.M.K.; ARANTES, E.C. Enfermagem Psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. Barueri: Manole, 2008. Capítulos: 3, 5, 8, 10, 16, 17, 21, 23, 25, 27, 30, 32, 33, 34 e 35.</p>
ENFERMAGEM em Hemato-oncologia
<p>GATES, Marcela; FINK, Regina M. Segredos em Enfermagem Oncologica (tradução: ZANATTA, Marcela; KALAKUN, Luciane) Porto Alegre: Artmed, 2009. cap. 7, p.95 - 106; cap. 9, p. 119 - 131; cap. 41, p. 446 – 453; cap. 42, p. 454 - 475; cap. 43, p. 477 – 487; cap. 49, p. 524 – 536; cap. 52, p. 546 a 551; cap. 53, p. 552 – 551.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (Brasil). Ações de Enfermagem para o controle do Câncer: uma proposta de integração ensino-serviço. 3. Ed. Atual ampl. Rio de Janeiro: INCA, 2008. cap. 2, p. 50 – 77; cap.3, p. 79 – 129; cap. 5, p. 155 – 184.</p> <p>PASSOS, Patrícia; CRESPO, Adriana. Enfermagem Oncológica Antineoplásica. São Paulo: Lemar, 2011. cap. 4, p. 25 – 58; cap. 9, p. 295 – 308; cap. 10 p. 309 – 316; cap. 11 p. 317 – 332.</p>

BONASSA, Edva Moreno Aguilar; SANTANA, Tatiana Rocha. Enfermagem em Terapêutica Oncológica. 3. Ed. São Paulo, SP. Atheneu, 2005. cap. 1, p. 3 – 19; cap. 3, p. 41 – 82, cap. 4, p. 83 – 237.

ENFERMAGEM em Crônico-degenerativo

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Caderno de educação popular e saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160 p. : il. color. - (Serie B. Textos Básicos de Saúde). www.fiocruz.br/redeblh/.../a_educacao_que_produz_saudef1.pdf – Acesso em 02 de janeiro de 2012.

BACKES, D.S., et al. O papel do enfermeiro no contexto hospitalar. Cienc Cuid Saúde, Jul/Set; 7(3):319-326, 2008. sefas.org.br/artigos/O_PAPEL_DO_ENFERMEIRO.pdf Acesso em 31 de dezembro de 2011.

PERES, A.M. CIAMPONE, M. H.T. PERES. Gerência e competências gerais do enfermeiro. Texto contexto - enferm. vol.15, n.3, pp. 492-499, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072006000300015>

FURUKAWA, P. de O.; Cunha, I. C. K. O. Da gestão por competências às competências gerenciais do enfermeiro. Rev. bras. enferm. vol. 63 no.6 Brasília Nov./Dec. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672010000600030>. Acesso em 05 de janeiro de 2012.

PERSEGONA, K.R. et al. . Conhecimento político para atuação do enfermeiro. Esc Anna Nery Rev Enferm, jul-set; 13(3); p. 645-50, 2009. www.scielo.br/pdf/ean/v13n3/v13n3a27.pdf

JORGE, SA; DANTAS, SRPE Abordagem multiprofissional do tratamento de feridas. São Paulo: Editora Atheneu, 2008. Capítulos: Fisiologia do Processo Cicatricial (pg 31-42) ; O processo de limpeza de feridas (pg. 45-66); Úlceras de Pressão (pg. 287-298)

ROTHROCK, J. C. Alexander Cuidados de enfermagem ao paciente cirúrgico. [tradução: José Eduardo Ferreira de Figueiredo ET AL.] Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. Capítulos:11- Cirurgia gastrointestinal (pg. 297-352); 12- Cirurgia do fígado, trato biliar, pâncreas e baço (pg. 356-392); 21-Cirurgia Laringológica de Cabeça Pescoço (pg. 674-703). Sociedade Brasileira de Cardiologia / Sociedade Brasileira de Hipertensão / Sociedade Brasileira de Nefrologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq Bras Cardiol 2010;95(1supl.1):1-519. (Disponível em:http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2010/Diretriz_hipertensao_associados.asp)

ENFERMAGEM em Materno-Infantil

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. vol. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/008.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Gestação de alto risco: manual técnico. 5. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/018.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Coordenação Geral de Informação e Análise Epidemiológica Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do comitê de prevenção do óbito infantil e fetal. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Manual_Infantil_Fetal.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e sífilis. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em http://hivaidsclearinghouse.unesco.org/search/resources/bie_ministerio_da_saude_protocolo_prevencao_de_transmissao_vertical_d_e_hiv_sifilis_po.pdf

Brasil, Ministério da Saúde. Assistência em Planejamento Familiar. 4ª ed. 2002. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Além da sobrevivência: práticas integradas de atenção ao parto, benéficas para a nutrição e a saúde de mães e crianças / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/002.pdf>

NÚCLEO DA PSICOLOGIA

PSICOLOGIA em Estratégia de Saúde da Família

BARROS. R. B. & PASSOS, E. A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Abr 2000, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079.* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n1/4390.pdf>

SPINK, M. J. Psicologia da Saúde. In:....., *Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. P. 29-39.

SPINK, Mary Jane Paris. *Psicologia social e Saúde: práticas, saberes e sentidos.* Petrópolis: Vozes, 8 ed. 2011. 339 p.

SPINK, Mary Jane Paris. (org). *A psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. 240p ROMANO, B.W. *Princípios para a prática de psicologia clínica em hospitais.* São Paulo: Casa do

<p>Psicólogo, 1999.</p> <p>CORDIOLI, A. V. Psicoterapias: abordagens atuais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998</p> <p>ANGERAMI-CAMON, V.A. Novos rumos na psicologia da saúde. São Paulo: Pioneira, 2002.</p> <p>MELLO FILHO, J. (Ed.). Psicossomática hoje. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.</p> <p>BOTEGA, N.J. Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e Emergência. São Paulo, 2002.</p>
<p>PSICOLOGIA em Saúde Mental</p>
<p>BARROS. R. B. & PASSOS, E. A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Abr 2000, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079.</i> Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n1/4390.pdf</p> <p>DIMENSTEIN, M. O desafio da política de Saúde Mental: a (re) inserção social dos portadores de transtornos mentais. <i>Mental, Vol IV, nº 6, Barbacena, pp 69 – 83, junho: 2006.</i> Disponível em: http://redalyc.uaemex.mx/pdf/420/42000607.pdf</p> <p>GUATTARI, F. Droga Psicose e Instituição. In: GUATTARI, F e ROLNIK, S. <i>Micropolítica – Cartografias do Desejo.</i> Ed. Vozes, Petrópolis, 2010. Pp 300 – 309.</p> <p>GUATTARI, F. Práticas Analíticas e Práticas Sociais. In: GUATTARI, Félix. <i>Caosmose: um novo paradigma estético.</i> São Paulo:34, 1992. pp 183 – 203.</p> <p>LANCETTI, A. A Clínica Peripatética. São Paulo: Hucitec, 2007.</p> <p>PAULON, S. A Análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-intervenção. <i>Psicologia & Sociedade, 17 (3), 18-25, set-dez: 2005.</i> Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a03v17n3.pdf</p> <p>ROMANO, B.W. Princípios para a prática de psicologia clínica em hospitais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.</p> <p>CORDIOLI, A. V. Psicoterapias: abordagens atuais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>ANGERAMI-CAMON, V.A. Novos rumos na psicologia da saúde. São Paulo: Pioneira, 2002.</p> <p>BOTEGA, N.J. Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e Emergência. São Paulo, 2002.</p> <p>MELLO FILHO, J. (Ed.). Psicossomática hoje. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.</p> <p>BEZERRA, C. G.; DIMENSTEIN, M. Acompanhamento terapêutico na proposta de alta-assistida implementada em hospital psiquiátrico: relato de uma experiência. <i>Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2009 .</i> Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 de janeiro de 2012. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652009000100002.</p> <p>NETO, J. L. F. Práticas transversalizadas da clínica em saúde mental. <i>Psicologia: reflexão e crítica. Porto Alegre, vol. 21 nº1. p. 110-118. 2008.</i></p> <p>PIETROLUONGO, A. P. C, REZENDE, T. I. M. Visita domiciliar em saúde mental – o papel do psicólogo em questão. <i>Psicologia Ciência e Profissão, vol. 27, n. 1, p. 22-31. 2006.</i></p> <p>SCHNEIDER, D. R. Horizonte de racionalidade acerca da dependência de drogas nos serviços de saúde: implicações para o tratamento. <i>Ciência e saúde coletiva, vol.15, no.3, p.687-698. 2010.</i></p> <p>SPINK, M. J. Psicologia da Saúde. In: _____. <i>Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos.</i> Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. P. 29-39.</p>
<p>PSICOLOGIA em Hemato-oncologia</p>
<p>BARROS. R. B. & PASSOS, E. A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Abr 2000, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079.</i> Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n1/4390.pdf</p> <p>SPINK, M. J. Psicologia da Saúde. In: _____. <i>Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos.</i> Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. P. 29-39.</p> <p>ROMANO, B.W. Princípios para a prática de psicologia clínica em hospitais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.</p> <p>CORDIOLI, A. V. Psicoterapias: abordagens atuais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>ANGERAMI-CAMON, V.A. Novos rumos na psicologia da saúde. São Paulo: Pioneira, 2002.</p> <p>BOTEGA, N.J. Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e Emergência. São Paulo, 2002.</p> <p>MELLO Filho, J. (Ed.). Psicossomática hoje. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.</p>
<p>PSICOLOGIA em Crônico-degenerativo</p>
<p>BARROS. R. B. & PASSOS, E. A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Abr 2000, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079.</i> Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n1/4390.pdf</p> <p>SPINK, M. J. Psicologia da Saúde. In: _____. <i>Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos.</i> Petrópolis, RJ: Vozes,</p>

2003. P. 29-39.

ROMANO, B.W. Princípios para a prática de psicologia clínica em hospitais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

CORDIOLI, A. V. Psicoterapias: abordagens atuais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANGERAMI-CAMON, V.A. Novos rumos na psicologia da saúde. São Paulo: Pioneira, 2002.

BOTEGA, N.J. Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e Emergência. São Paulo, 2002

MELLO Filho, J. (Ed.). Psicossomática hoje. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

PSICOLOGIA em Materno- Infantil

BARROS. R. B. & PASSOS, E. A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Abr 2000, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079.* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n1/4390.pdf>

SPINK, M. J. Psicologia da Saúde. In: _____ . *Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. P. 29-39.

ROMANO, B.W. Princípios para a prática de psicologia clínica em hospitais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

CORDIOLI, A. V. Psicoterapias: abordagens atuais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANGERAMI-CAMON, V.A. Novos rumos na psicologia da saúde. São Paulo: Pioneira, 2002.

BOTEGA, N.J. Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e Emergência. São Paulo, 2002

MELLO Filho, J. (Ed.). Psicossomática hoje. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992

NÚCLEO DA NUTRIÇÃO

NUTRIÇÃO em Vigilância em Saúde

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1. Brasília: CONASS, 2011. 320 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5,I). Disponível em http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21. Acesso em: 05 jan. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 2. Brasília: CONASS, 2011. 113 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 6, II). Disponível em <http://www.saude.gov.br/>. Acesso em: 05 jan. 2012.

CUPPARI, L. Guia de nutrição: nutrição clínica no adulto. 2. ed. São Paulo: Manole, 2006.

MARTINS, C. Avaliação do estado nutricional e diagnóstico. Curitiba, PR: Nutroclínica, 2008.

TADDEI, J. A. D. A.C. et al. Nutrição em saúde pública. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.

NUTRIÇÃO em Atenção Básica/Estratégia de saúde da família

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1. Brasília: CONASS, 2011. 320 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5,I). Disponível em http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21. Acesso em: 05 jan. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 2. Brasília: CONASS, 2011. 113 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 6, II). Disponível em <http://www.saude.gov.br/>. Acesso em: 05 jan. 2012.

CUPPARI, L. Guia de nutrição: nutrição clínica no adulto. 2. ed. São Paulo: Manole, 2006.

MARTINS, C. Avaliação do estado nutricional e diagnóstico. Curitiba, PR: Nutroclínica, 2008.

TADDEI, J. A. D. A.C. et al. Nutrição em saúde pública. Rio de Janeiro: Rubio, 2011

SOBOTKA, L. et al. Bases da Nutrição clínica. 3. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.

WAITZBERG, D.L. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

NUTRIÇÃO em Hemato-oncologia

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1. Brasília: CONASS, 2011. 320 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5,I). Disponível em http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21. Acesso em: 05 jan. 2012.

GUIMARÃES, J.R.Q. Manual de Oncologia. São Paulo: BBS, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Consenso nacional de nutrição oncológica. Instituto Nacional de Câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2009.

ROSA, G. et al. Avaliação nutricional do paciente hospitalizado: uma abordagem teórico-prática. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2008.

WAITZBERG, D.L. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 2009.
NUTRIÇÃO em Crônico-degenerativo
BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1. Brasília: CONASS, 2011. 320 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5,1). Disponível em http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21 . Acesso em: 05 jan. 2012.
CUPPARI, L. Guia de nutrição: nutrição clínica no adulto. 2. ed. São Paulo: Manole, 2006.
ROSA, G. et al. Avaliação nutricional do paciente hospitalizado: uma abordagem teórico-prática. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2008.
SOBOTKA, L. et al. Bases da Nutrição clínica. 3. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.
WAITZBERG, D.L. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.
NUTRIÇÃO em Materno- Infantil
ACCIOLY, E.; SAUNDERS, C.; LACERDA, E.M.D.A. Nutrição em obstetrícia e pediatria. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1. Brasília: CONASS, 2011. 320 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5,1). Disponível em http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21 . Acesso em: 05 jan. 2012.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dez passos para uma alimentação saudável: Guia alimentar para crianças menores de dois anos. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gestaçao de alto risco. Manual técnico. Brasília: Secretaria de Políticas da Saúde, 2010.
SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Manual de orientação para a alimentação do lactente, do pré-escolar, do escolar, do adolescente e na escola. Departamento Científico de Nutrologia. 2. ed. São Paulo: SBP, 2008.

NÚCLEO DO SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL nas áreas de concentração: Hemato-oncologia; Materno-Infantil e Crônico Degenerativo Atenção Básica/Estratégia de Saúde da Família e Saúde Mental
BRAVO, Maria Ines Souza (org.). Saúde e Serviço Social. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
MARTINELLI, Maria Lúcia. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 107, p.497-505, jul/set. 2011
CEFESS/ABEPS. Serviço Social : direitos sociais e competências profissionais – Brasília: CEFESS/ABEPS, 2009. (UNIDADE VI)
CFESS. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Saúde. (versão preliminar). Brasília, março de 2009. Disponível em http://www.cress-es.org.br/cress/imagens/file/arquivos_comuns/parametros_a_s_na_saude.pdf
IAMAMOTO, M.V. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na atualidade. Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão. Brasília: CFESS, 2002.
MOTA, Ana Elizabete. (et al.) (orgs) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional São Paulo: OPAS, OMS, Ministerio da Saude, 2006. (2 parte itens 1,2,3,e 4)
LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. Revista latino Americana de Saúde. México. N. 2. 1982 pág 7-25.
NETTO, José P. transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectivada profissão no Brasil. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.
NUNES, C. R. M., MACHADO, G. S. e BELLINI, M. I. A qualificação e a contribuição do processo de trabalho dos Assistentes Sociais no campo da saúde mental. Revista Virtual Textos e Contextos, nº 02, Ano II, dez. 2003. Disponível em http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/961/741
VASCONCELOS, A. M. de (et. al.). Profissões de saúde, ética profissional e seguridade social. BRAVO, M. I. (et.al. Org.). Saúde e Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006. 48-76

NÚCLEO DA FISIOTERAPIA

FISIOTERAPIA em Estratégia de Saúde da Família
ANDRADE, Selma Maffei de; SOARES, Darli Antonio; JUNIOR, Luiz Cordoni (org). Bases da Saúde Coletiva. Londrina: UEL, Rio de Janeiro: NESCO, 2001.
BARROS, Fabio Batalha M. (org.). O fisioterapeuta na saúde da população: atuação transformadora. Rio de Janeiro: Fisiobrasil,

<p>2002.</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.</p> <p>BRA BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria n.2488 de 1 de outubro de 2011.</p> <p>CAMPOS, G. W. de S.; MINAYO, M. C. de S.; ANDRADE, L. O. M.; AKERMAN, M.; JÚNIOR, M. D.; YARA, M. de C. Tratado de Saúde Coletiva. 2. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-FIOCRUZ, 2009.</p> <p>CZERESNIA, D; FREITAS, C.M. Promoção da Saúde: conceito, reflexões e tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003</p> <p>DELIBERATO, P. C. P. Fisioterapia preventiva, fundamentos e aplicação. São Paulo: Manole, 2002.</p> <p>SILVA, Aluísio Gomes Junior. Modelos tecnoassistenciais em saúde: o debate no campo da saúde coletiva. São Paulo: Hucitec ABRASCO,1998.</p>
<p>FISIOTERAPIA em Crônico-degenerativo</p>
<p>RIDLEY S. Cirurgia em Adultos IN Pryor JA, Webber BA. Fisioterapia para Problemas Respiratórios e Cardíacos, Editora Guanabara Koogan, 2ª edição, Rio de Janeiro 2002.</p> <p>CASTRO,A.A.M. et al. Comparação entre as técnicas de vibrocompressão e de aumento do fluxo expiratório em pacientes traqueostomizados. Fisioterapia e Pesquisa, São Paulo, v.17, n.1, p.18-23, jan/mar, 2010.</p> <p>BARROS, A.P.B.; PORTAS,J.G.; QUEIJA,D.S.<i>Implicações da traqueostomia na comunicação e na deglutição.</i> Rev. Bras. Cir. Cabeça Pescoço, v. 38, nº 3, p. 202 - 207, julho / agosto / setembro 2009</p> <p>PAULA,F.C.; GAMA, R.R. Avaliação de qualidade de vida em laringectomizados Totais.Rev. Bras. Cir. Cabeça Pescoço, v. 38, nº 3, p. 177 - 182, julho / agosto/setembro.2009.</p> <p>II Consenso brasileiro sobre Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica –DPOC. J Bras Pneumol.2004;30 (supl 5):S1-S11.</p> <p>II Consenso brasileiro sobre Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica –DPOC. J Bras Pneumol.2004;30 (supl 5):S29-S36.</p> <p>III Consenso brasileiro de ventilação mecânica; desmame e interrupção da ventilação mecânica. J Bras pneumol.2007;33(Supl 2): S 128-S136</p> <p>III Consenso brasileiro de ventilação mecânica; fisioterapia no paciente sob ventilação mecânica. J Bras pneumol.2007;33(sup 20: S 142-S150</p> <p>SARMENTO.G.J.V Fisioterapia respiratória no paciente crítico – rotinas clínicas. São Paulo: manole, 2005.cap4:Avaliação Fisioterapeutica em UTI.</p>
<p>FISIOTERAPIA em Materno- Infantil</p>
<p>POLDEN, M. & MANTLE, J. Fisioterapia em ginecologia e obstetrícia. São Paulo: Santos, 2005.</p> <p>SOUZA,E.L.B.L. Fisioterapia aplicada à obstetrícia e aspectos de neonatologia. Belo Horizonte: Health, 2007.</p> <p>FERREIRA, C.H.J. Fisioterapia na saúde da mulher: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2011.</p> <p>CARVALHO, M.R.; TAMEZ, R.N. Amamentação-bases científicas para a prática profissional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>KUDO, A.M. Fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional em pediatria. São Paulo: Manole,1997.</p> <p>CORIAT, L.F. Maturação Psicomotora no Primeiro Ano de Vida da Criança. Centauro, 2000.</p> <p>KLAUS, P.H. Seu surpreendente recém-nascido. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>LE METAYER, M. Reeducação cerebromotora da criança : educação terapêutica. São Paulo: Santos, 2001.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil / Ministério da Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf</p> <p>Organização Pan-Americana da Saúde. Manual para vigilância do desenvolvimento infantil no contexto da AIDPI. Washington, D.C.: OPAS, © 2005. Disponível em www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd61/vigilancia.pdf</p>

NÚCLEO DA FONOAUDIOLOGIA

<p>FONOAUDIOLOGIA em Estratégia de Saúde da Família</p>
<p>MENDES, Vera Lúcia Ferreira - Acesso à Saúde em Fonoaudiologia. In Fonoaudiologia na Atenção Primária à Saúde / organizado por Debora Beffi. São Paulo: Editora Lovise, 1997</p> <p>MARIN, Carla Regina; et al. (2003) Promoção da Saúde em Fonoaudiologia: ações coletivas em equipamentos de saúde e de</p>

<p>educação. Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2003;(8)1:35-41</p> <p>PENTEADO, Regina Zanella; Servilha, Emilse Aparecida Merlin. Fonoaudiologia em saúde pública/coletiva: compreendendo prevenção e o paradigma da promoção da saúde. Distúrbios da comunicação.2004; (16)1: 107-16</p> <p>LENZ, Ana Júlia; et al. Acolhimento, humanização e fonoaudiologia: relato de experiência em Unidade Básica de Saúde de Novo Hamburgo (RS) Boletim da Saúde, Porto Alegre. v.20, n. 2; jul./dez. 2006.</p> <p>Bazzo, Leda Maria Fonseca. Privação da oferta de serviços fonoaudiológicos no Sistema Único de Saúde (SUS) e a reforma do Estado: a mediação do debate. R. Ci. Méd. Biol., Salvador, v.6, n.2, p.190-196, mai./ago. 2007</p> <p>MOLINI-AVEJONAS, Daniela Regina; et al. Núcleos de Apoio à Saúde da Família: conceitos e referências. Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2010;15(3):465-74</p> <p>MENDES, Vera Lúcia Ferreira Uma clínica no coletivo - experimentações no Programa de Saúde Da Família. São Paulo: Hucitec, 2007.</p>
<p>FONOAUDIOLOGIA em Vigilância em Saúde</p>
<p>MENDES, Vera Lúcia Ferreira - Acesso à Saúde em Fonoaudiologia. In Fonoaudiologia na Atenção Primária à Saúde / organizado por Debora Beffi. São Paulo: Editora Lovise, 1997</p> <p>MARIN, Carla Regina; et al. (2003) Promoção da Saúde em Fonoaudiologia: ações coletivas em equipamentos de saúde e de educação. Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2003;(8)1:35-41</p> <p>PENTEADO, Regina Zanella; Servilha, Emilse Aparecida Merlin. Fonoaudiologia em saúde pública/coletiva: compreendendo prevenção e o paradigma da promoção da saúde. Distúrbios da comunicação.2004; (16)1: 107-16</p> <p>LENZ, Ana Júlia; et al. Acolhimento, humanização e fonoaudiologia: relato de experiência em Unidade Básica de Saúde de Novo Hamburgo (RS) Boletim da Saúde, Porto Alegre. v.20, n. 2; jul./dez. 2006.</p> <p>Bazzo, Leda Maria Fonseca. Privação da oferta de serviços fonoaudiológicos no Sistema Único de Saúde (SUS) e a reforma do Estado: a mediação do debate. R. Ci. Méd. Biol., Salvador, v.6, n.2, p.190-196, mai./ago. 2007</p> <p>MOLINI-AVEJONAS, Daniela Regina; et al. Núcleos de Apoio à Saúde da Família: conceitos e referências. Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2010;15(3):465-74</p> <p>MENDES, Vera Lúcia Ferreira. Uma clínica no coletivo - experimentações no Programa de Saúde Da Família. São Paulo: Hucitec, 2007.</p>
<p>FONOAUDIOLOGIA em Hemato-oncologia</p>
<p>FURIA,C.L.B. Disfagias Mecânicas.IN:FERNANDES,F.D.M.;MENDES,B.C.A.;NAVAS,A.L.P.G. Tratado de Fonoaudiologia.2ª.ed.São Paulo.Roca,2009.p.513-528.</p> <p>Padovani AR, Moraes DP, Mangili LD, Andrade CRF. Protocolo Fonoaudiológico de Avaliação do Risco para Disfagia (PARD). Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2007;12(3):199-205.Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v12n3/a07v12n3.pdf Acessado em: 29/12/2011.</p> <p>Padovani AR, Andrade CRF;Limongi.S.C.O. Teste do Corante Azul na Avaliação Fonoaudiológica de Indivíduos Traqueostomizados.IN: Andrade CRF, Limongi.S.C.O .Disfagia: prática baseada em evidências.São Paulo.SARVIER.2012.p.231-239.</p> <p>GIELOW.I.Reabilitação Fonoaudiológica da Disfagia em Pós-Operatório de Cirurgia de Cabeça e Pescoço.IN: FURKIM, A. M.; SANTINI, C.S. Disfagias Orofaringeas. São Paulo, Pró-Fono,2008.p.203-227.</p> <p>FREITAS, Daniel Antunes et al . Seqüelas bucais da radioterapia de cabeça e pescoço. Rev. CEFAC, São Paulo, v. 13, n. 6, dez. 2011 . Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v13n6/161-10.pdf Acessado em: 29/12/2011.</p> <p>Jotz,G.P.;COSTA,R.;ORTIGARA,L.;MOREIRA,L.B. Traqueostomias e Sondas Nasogástricas e Enterais – Implicações na Deglutição.IN: JOTZ, G.P.; CARRARA DE ANGELIS E.; BARROS, A.P.B. Tratado de Deglutição e Disfagia no Adulto e na Criança. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.p.175-182.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Medidas de controle de infecção para Fonoaudiólogos- Manual de Biossegurança. 8º Colegiado, Brasília, 2007.</p>
<p>FONOAUDIOLOGIA em Crônico-degenerativo</p>
<p>SANTINI,C.R.S.Disfagia Neurogênica.IN: FURKIM, A. M.; SANTINI, C.S. Disfagias Orofaringeas. São Paulo, Pró-Fono,2008.p.19-34.</p> <p>Padovani AR, Moraes DP, Mangili LD, Andrade CRF. Protocolo Fonoaudiológico de Avaliação do Risco para Disfagia (PARD). Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2007;12(3):199-205.Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v12n3/a07v12n3.pdf Acessado em: 29/12/2011.</p> <p>FURKIM, A.M; SACCO, A. B. F. Eficácia da fonoterapia em disfagia neurogênica usando a escala funcional de ingestão por via oral (FOIS) como marcador. Rev. CEFAC [online]. 2008, vol.10, n.4, pp. 503-512. Disponível em:</p>

<http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v10n4/v10n4a10.pdf> Acessado em: 29/12/2011.

FURKIM,A.M.;MATTANA,A.V. Disfagias neurogênicas: terapia.IN: ORTIZ,K.Z. Distúrbios Neurológicos Adquiridos Fala e Deglutição.Barueri.Manole.2ed.2010.p.302-319.

SILVA,C.T.;MATSUBA,C.S.T. Transição da via alternativa para via oral de alimentação. IN: FURKIM.A.M.Disfagias Orofaringeas.Carapicuíba.Pró-Fono.v.2.2008.

XAVIER,R.G.;CHIESA,D.;DINIZ,P.B.;VANIN,G.Avaliação do Paciente com Tosse.IN: CORREA DA SILVA,L.C. Endoscopia Respiratória.REVINTER.Rio de Janeiro.2002.p.277-281.

RODRIGUES,K.A.;FURKIM,A.M. O atendimento do paciente disfágico na unidade de terapia intensiva. IN: FURKIM.A.M.Disfagias Orofaringeas.Carapicuíba.Pró-Fono.v.2.2008.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Medidas de controle de infecção para Fonoaudiólogos- Manual de Biossegurança. 8º Colegiado, Brasília, 2007.

FONOAUDIOLOGIA em Materno- Infantil

REICHEL T.M.A.F.;GROSSI,S.P. Distúrbios de Deglutição no Recém-Nascido. IN: JACOBI,J.S.;LEVY,D.S;SILVA,L.M.C. Disfagia Avaliação e Tratamento. Disfagia Avaliação e Tratamento.Rio de Janeiro.Revinter.2003.p.29-35.

LEVY,D.S.;RAINHO,L.Abordagem em Disfagia Infantil Proposta Fonoaudiológica e Fisioterápica. IN: JACOBI,J.S.;LEVY,D.S;SILVA,L.M.C. Disfagia Avaliação e Tratamento. Disfagia Avaliação e Tratamento.Rio de Janeiro.Revinter.2003. p.65.

FUJINAGA, C. I. et al. Aplicação de um Instrumento de Avaliação da Prontidão do Prematuro para Início da Alimentação Oral: estudo descritivo. Revista Salus, Guarapuava, v. 1, n. 2 p. 129-37, jul/dez. 2007. Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/salus/article/viewFile/680/789> Acessado em: 29/12/2011.

ZANINI,C;FRANÇA,M.C.T. Algumas considerações sobre o leite humano e aleitamento materno. IN: JACOBI,J.S.;LEVY,D.S;SILVA,L.M.C. Disfagia Avaliação e Tratamento. Disfagia Avaliação e Tratamento.Rio de Janeiro.Revinter.2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Promovendo o aleitamento materno.2ª.ed.Brasília.2007.18p. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/redeblh/media/albam.pdf> Acessado em:29/12/2011.

PEREIRA,M.A.; LEVY,L.MATOS,M.E.;CALHEIROS,J.M. Influência da correção da pega no sucesso do Aleitamento Materno: resultados de um estudo experimental. Revista Referência V.II , n.º6 P.27-38.jun. 2008.

CARVALHAES,M.A.B.L., CORRÊA,C.R.H.Identificação de dificuldades no início do aleitamento materno mediante aplicação de protocolo. Jornal de Pediatria – Rio de Janeiro.V. 79, Nº1,P.13-20. 2003

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Medidas de controle de infecção para Fonoaudiólogos- Manual de Biossegurança. 8º Colegiado, Brasília, 2007.

NÚCLEO DA FARMÁCIA

FARMÁCIA em Vigilância em Saúde

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Guia de vigilância epidemiológica / Fundação Nacional de Saúde. 5. ed. Brasília : FUNASA, 2002.Conteúdo selecionado: Vigilância Epidemiológica; Investigação Epidemiológica de Casos e Epidemias;Sistemas de Informação em Saúde e Vigilância Epidemiológica

BRASIL. Assistência Farmacêutica na Atenção Básica: instruções técnicas para sua organização / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 100 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2009 link: http://bvsm.sau.gov.br/bvsm/sau/legis/anvisa/2009/res0004_10_02_2009.html

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 3.916/MS/GM, DE 30 DE OUTUBRO DE 1998 http://www.anvisa.gov.br/legis/consolidada/portaria_3916_98.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. <http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/posuso/farmacovigilancia/> ver glossário http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/67/encarte_-_farmacia_hospitalar.pdf

FARMÁCIA em Hemato-oncologia

Resolução RDC nº 220, de 21 de setembro de 2004. Aprova o Regulamento Técnico de funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica. D.O.U. - Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 23 de setembro de 2004. ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <http://pnass.datasus.gov.br/documentos/normas/121.pdf>

BRUNTON, L., Parker,K., Blumenthal, D., Buxton, I. GOODMAN, □ GILMAN. Manual de Farmacologia e Terapêutica: ARTMED

Editora S.A. e Mcgraw-Hil Education, 2010. 1220 p. Páginas 853 a 908. Disponível no xerox do CCS/UFSM.

ALMEIDA, José Ricardo de Chambaum. Farmacêuticos em oncologia: Uma nova realidade. Editora Atheneu, 2004. 356 p. Páginas 81 a 99.

Entendendo a terapia Medicamentosa e lidando com os efeitos colaterais. ABRALÉ. Disponível em www.abrale.org.br.

FUCHS, F. D., Wannmacher, L. Farmacologia Clínica: Fundamentos da terapêutica racional. 4ª Edição – Editora Guanabara Koogan – 2010. Páginas 646 a 672.

FARMÁCIA em Crônico-degenerativo

BRASIL Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo de assistência farmacêutica em DST/HIV/Aids : recomendações do Grupo de Trabalho de Assistência Farmacêutica – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 224 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) Disponível em <http://www.aids.gov.br/publicacao/protocolo-de-assistencia-farmaceutica-em-dsthivaids>, acesso em 30/12/2011.

GOMES, Carlos Alberto Pereira Gomes. A assistência farmacêutica na atenção à saúde/ Carlos Alberto Pereira Gomes; Aroldo Leal da Fonseca; Mirthes Castro Machado; Mário Borges Rosa; Maria de Fátima Fassy; Rosa Maria da Conceição e Silva. Colaboração: Francisco José Pacheco dos Santos; Orenzio Soller; Belo Horizonte: Ed. FUNED, 2010. 144 p. Disponível em <http://funed.mg.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/Manual-de-Assist%C3%Aancia-Farmac%C3%Aautica-na-Aten%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Sa%C3%BAde-2010.pdf>, acesso em 30/12/2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Programa Nacional de DST AIDS. Guia de Tratamento e Recomendações para Terapia Anti-retroviral em Adultos Infectados pelo HIV manual de bolso 2008 Brasília : Ministério da Saúde, 2008. 244 p.: Série A. Normas e Manuais Técnicos. Disponível em <http://www.aids.gov.br/publicacao/recomendacoes-para-terapia-antirretroviral-em-adultos-infectados-pelo-hiv-2008>, acesso em 30/12/2011.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Guia de Tratamento e Recomendações para Profilaxia da Transmissão Vertical do HIV e Terapia Antirretroviral em Gestantes. Brasília: Ministério da Saúde, 2010; 172 p. (Série Manuais, n. 46) Disponível em <http://www.aids.gov.br/publicacao/recomendacoes-consenso-gestante>, acesso em 30/12/2011.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para o tratamento da hepatite viral crônica B e coinfeções / – Brasília: Ministério da Saúde, 2010; 132 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) Disponível em <http://www.aids.gov.br/publicacao/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-o-tratamento-da-hepatite-viral-cronica-b>, acesso em 30/12/2011.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para o tratamento da hepatite viral crônica C e coinfeções / – Brasília: Ministério da Saúde, 2011; (Série A. Normas e Manuais Técnicos) Disponível em http://www.saude.rs.gov.br/dados/1316779614748/protocolo_hepatitec_marc.pdf_29595.pdf, acesso em 02/01/2012.

Boletim Epidemiológico - Aids e DST; Ano VII - nº 1 - 27ª a 52ª - semanas epidemiológicas - julho a dezembro de 2009; Ano VII - nº 1 - 01ª a 26ª - semanas epidemiológicas - janeiro a junho de 2010, Disponível em http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2010/45974/vers_o_final_15923.pdf, acesso em 30/12/2011.

NÚCLEO DA TERAPIA OCUPACIONAL

TERAPIA OCUPACIONAL em Estratégia de Saúde da Família

CALDEIRA, Vanessa Andrade. Prática da terapia ocupacional em unidade básica de saúde na atenção às pessoas com deficiência. São Paulo, Dissertação (mestrado) Faculdade de Medicina da USP-SP, Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=156168

FERREIRA, Taisa Gomes e OLIVER, Fátima Corrêa. A atenção domiciliar como estratégia para ampliação das relações de convivência de pessoas com deficiências físicas. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo [online]. 2010, vol. 21, n. 3 [citado 2011-12-26], pp. 189-197. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-91042010000300003&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1415-9104.

3) OTHERO, Marília Bense and DALMASO, Ana Sílvia Whitaker. Pessoas com deficiência na atenção primária: discurso e prática de profissionais em um centro de saúde-escola. Interface (Botucatu) [online]. 2009, vol. 13, n. 28 [cited 2011-12-26], pp. 177-188. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000100015&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1414-3283. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832009000100015>.

ROCHA, E. F. . Reabilitação de pessoas com deficiências: A intervenção em discussão. 1. ed. São Paulo: ROCA, 2006. v. 1. 300 p.

ROCHA, E. F. ; PAULA, Ana Rita de ; KRETZER, Marcia Regina . O estudo da prevalência de deficiências e incapacidades como instrumento de planejamento das atividades de atenção à saúde e reabilitação no Programa da Saúde da Família. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-10, 2004.

TERAPIA OCUPACIONAL em Saúde Mental
<p>ALMEIDA, et al (2004). Oficinas em saúde mental: relato de experiências em Quixadá e Sobral. In: COSTA, C. M; FIGUEIREDO, A. C, organizadores. Oficinas terapêuticas em saúde mental. Sujeito, produção e cidadania. Coleções Ipub. Contra capa livraria. Rio de Janeiro, 2004. p. 117 – 133.</p> <p>DE CARLO, M.M.R.P; BARTALOTTI, C. Caminhos da Terapia Ocupacional. In: DE CARLO, M.M.R.P; BARTALOTTI, C. (org) Terapia Ocupacional no Brasil:fundamentos e perspectivas. São Paulo, Plexus, 2001.</p> <p>BARRETO, A. Terapia Comunitária. Secretaria de desenvolvimento Social e Saúde; Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia. Sobral-Ceará, 2004 (mimeo).</p> <p>BASAGLIA, F. A Instituição negada (Relato de um Hospital Psiquiátrico). Ed. Graal, RJ, 1985.</p> <p>CASTRO, E.D; SILVA.J.G. Processos criativos e Terapia Ocupacional. Revista de Terapia Ocupacional. USP, São Paulo, 1(2), 1990.p.71-75.</p> <p>MÂNGIA, E.F; NICÁCIO, F. Terapia Ocupacional em Saúde Mental: tendências principais e desafios contemporâneos. In: DE CARLO, M.M.R.P; BARTALOTTI, C. Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. São Paulo, Plexus, 2001.</p> <p>MEDEIROS, Maria Heloísa. A Terapia Ocupacional como um saber: Uma Abordagem Epistemológica e Social. (Dissertação de Mestrado). UFSCar, 1989.</p> <p>OLIVER, F.C; ALMEIDA, M.C; TISSI, M.C; CASTRO, L.H.; FORMAGIO, S. Reabilitação Baseada na Comunidade – discutindo estratégias de ação no contexto sociocultural. Rev. Ter.Ocup. Univ. de São Paulo, v.10, n.1, p.1-10, jan/abr.,1999.</p> <p>OLIVER, F.C; GHIRARDI, M.I.G.; ALMEIDA, M.C; TISSI, M.C; AOKI, M; Reabilitação no território: construindo a participação na vida social. Rev. Ter.Ocup. Univ. de São Paulo, v.12, n.1/3, p.15-22, jan./dez. 2001</p>
TERAPIA OCUPACIONAL em Hemato-oncologia
<p>CECCIM, R.B.; CARVALHO, P.R.A. Criança hospitalizada: Atenção Integral como escuta a vida. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.</p> <p>DE CARLO, M.M.R.P; BARTALOTTI, C. Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. São Paulo, Plexus, 2001.</p> <p>DE CARLO, Marysia M. R. ET AL. Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares. Ver. Prática Hospitalar • Ano VIII • Nº 43 • Jan-Fev/2006</p> <p>DE CARLO, M.M.R.P. Dor e cuidado paliativo: Terapia ocupacional e interdisciplinaridade, São Paulo: Roca, 2008.</p> <p>GALVÃO, C. CAVALCANTE, A. Terapia ocupacional: Fundamentação Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,2007</p> <p>KUDO, A M. Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional em pediatria. São Paulo: Sarvier, 1994.</p> <p>MITRE, R. M. A. Terapia Ocupacional nas enfermarias pediátricas. Texto retirado dos “Anais do V Congresso Brasileiro/ VI Simpósio Latino Americano de Terapia Ocupacional”. Minas Gerais, 1997.</p> <p>OTHERO, M.B. Terapia ocupacional prática em oncologia. São Paulo: Roca, 2010.</p> <p>PRADO DE CARLO, M. M. R e LUZO M. C. de M. Terapia Ocupacional: reabilitação física e contextos hospitalares. São Paulo: Roca, 2004</p> <p>UCHOA-FIGUEIREDO, Lucia da Rocha e NEGRINI, Silvia F.Biason de Moura (organizadoras).Terapia ocupacional : diferentes praticas em hospital geral. São Paulo/Ribeirão Preto: Ed. : Legis Summa, 2009</p> <p>VIEGA, D. Brinquedoteca hospitalar: isto é humanização, associação brasileira de brinquedoteca. Rio Janeiro: Wak, 2007.</p>
TERAPIA OCUPACIONAL em Crônico-degenerativo
<p>Pitta AMF. Hospital: dor e morte como ofício. SP, Hucitec 1999;(4ªed):199p.</p> <p>Carlo MRP, Luzo MCM (org). Terapia ocupacional - reabilitação física e contextos hospitalares.SP, Ed. Roca 2004;352p.</p> <p>Carlo MMRP, Bartalotti CC. Terapia ocupaciona lno Brasil – fundamentos e perspectivas. São Paulo, Plexus Editora 2001;181p.</p> <p>Carlo MMRP, Bartalotti CC, Palm RCM. “A Terapia ocupacional em reabilitação física e contextos hospitalares – fundamentos para a prática”. In: Carlo MMRP, Luzo MCM.Terapia ocupacional - reabilitação física e contextos hospitalares. São Paulo, Ed. Roca 2004;352p.</p> <p>Cohn A, Elias PE. Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços. São Paulo: CortezEditora 1999;(3ªed.):59-95.</p> <p>Carlo MMRP, Mioshi E, Nicolau SN. Projeto de implantação do programa didático-assistencialde terapia ocupacional no Hospita lUniversitário da Universidade de São Paulo.2000;(apostilado):27p.</p>
TERAPIA OCUPACIONAL em Materno- Infantil
<p>CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia. Terapia Ocupacional Fundamentos & Prática. Editora Guanabara/koogan. Rio de</p>

Janeiro-RJ. 2007.

DE CARLO, Marysia M.R. Prado; BERTALOTTI, Celna C. (org). Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e perspectivas. Editora Plexus. São Paulo-SP, 2001

DE CARLO, Marysia M.R. Prado; LUZO, Maria C. de Miranda. (org) Terapia Ocupacional - Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. Editora ROCA. São Paulo.2004

KUDO, Aíde M.; MARCONCES, Eduardo; LINS, Léa; MORIYAMA, Líria T.; GUMARÃES, Maria Lucila de L. G.; JULIANI, Regian C. T. Passos; PIERRI, Jsamira A. de. Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional em Pediatria. Editora Sarvier. São Paulo-SP, 2007

CORLAT, Lydia F. Maturação Psicomotora no Primeiro ano de vida da criança. Centauro Editora. São Paulo. 5ª Edição. 2007

NÚCLEO DA ODONTOLOGIA

ODONTOLOGIA em Estratégia de Saúde da Família

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal. Cadernos de Atenção Básica nº 17. Brasília, 2006.

CAMPOS, G.W.S *et al.* Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. Cap. 19.

Macau Lopes, M.G. Saúde bucal coletiva: implementando ideias, concebendo integralidade. Rio de Janeiro: Rubio, 2008. Cap. 7, 8, 9, 10, 12.

MOYSÉS, S.T; KRIGER, L.; MOYSÉS, S.J. (coordenadores). Saúde bucal das famílias. Trabalhando com evidências. São Paulo: Artes Médicas, 2008. Cap. 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10.

PINTO, V.G. Saúde Bucal Coletiva. 5.ed. São Paulo: Santos, 2008. Cap. 1, 2, 4, 5, 6, 9, 12, 17.

ODONTOLOGIA em Hemato-oncologia

BASSIM, C.W. *et al.* Modification of the risk of mortality from pneumonia with oral hygiene care. J Am Geriatr Soc, v. 56, p. 1601-1607, 2008.

BRUNETTI, R.F.; MONTENEGRO, F.L.B. Odontogeriatría. Noções de interesse clínico. São Paulo: Artes Médicas, 2002. Cap. 6, 7, 8, 9, 19, 20.

EPSTEIN, J. B.; STEVENSON-MOORE, P. Periodontal disease and periodontal management in patients with cancer. Oral Oncology, v. 37, p. 613-619, 2001.

GENOT, M.T.; KLASTERSKY, J. Low-level laser for prevention and therapy of oral mucositis induced by chemotherapy or radiotherapy. Curr Opin Oncol, v. 17, p. 236-240, 2005.

KIELBASSA, A.M.; HINKELBEIN, W.; HELLWIG, E.; MEYER-LÜCKEL, H. Radiation-related damage to dentition. Lancet Oncol, v. 7, p. 326-335, 2006.

MARCUCCI, G. (editor); CRIVELLO Junior, O. (coordenador da série). Estomatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. Cap. 4, 12, 13, 14.

Pace, C.C.; McCullough, G.H. The association between oral microorganisms and aspiration pneumonia in the institutionalized elderly: review and recommendations..

ODONTOLOGIA em Crônico-degenerativo

Bassim, C.W. *et al.* Modification of the risk of mortality from pneumonia with oral hygiene care. J Am Geriatr Soc, v. 56, p. 1601-1607, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal. Cadernos de Atenção Básica nº 17. Brasília, 2006.

BRUNETTI, R.F.; MONTENEGRO, F.L.B. Odontogeriatría. Noções de interesse clínico. São Paulo: Artes Médicas, 2002. Cap. 6, 7, 8, 9, 19, 20.

KELLY, T. Review of the evidence to support oral hygiene in stroke patients. Nursing Standard, v. 24, n. 37, p. 35-38, 2010.

MARCUCCI, G. (editor); CRIVELLO Junior, O. (coordenador da série). Estomatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. Cap. 4, 12, 13, 14.

PACE, C.C.; McCullough, G.H. The association between oral microorganisms and aspiration pneumonia in the institutionalized elderly: review and recommendations. Dysphagia, v. 25, p. 307-322, 2010.

NÚCLEO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

EDUCAÇÃO FÍSICA em Estratégia de Saúde da Família

ARAUJO DSMS & Araujo CGS. Aptidão física, saúde e qualidade de vida relacionada à saúde em adultos. Revista Brasileira de Medicina do Esporte 6(5):194-203, 2000.

BUSS PM. Promoção de saúde e qualidade de vida. Ciência e Saúde Coletiva 5(1): 163-177, 2000.

FLORINDO AA. Educação física e promoção em saúde. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde 3(1): 84-89, 1998.

FLORINDO AA. Núcleos de Apoio à Saúde da Família e a promoção das atividades físicas no Brasil: de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde 14(1): 72-73, 2009.

HALLAL PC, et al. Evolução da pesquisa epidemiológica em atividade física no Brasil: revisão sistemática. Revista de Saúde Pública 41(3):453-460, 2007.